

CAIO PRADO JR.

A REVOLUÇÃO
BRASILEIRA

A QUESTÃO AGRÁRIA
NO BRASIL

ENTREVISTA

CHICO DE OLIVEIRA

POSFÁCIO

LINCOLN SECCO

RUBEM MURILO LEÃO RÊGO

COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2014 by herdeiros de Caio da Silva Prado Jr.

Copyright do posfácio © 2014 by Lincoln Secco e Rubem Murilo Leão Rêgo

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Conselho editorial Coleção Caio Prado Jr.

André Botelho

Bernardo Ricupero

Lília Moritz Schwarcz

Luiz Schwarcz

Otávio Marques da Costa

Capa e projeto gráfico

Elisa von Randow

Pesquisa iconográfica

Giovana Faviano

Fotografias

Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de

São Paulo — IEB/USP — Fundo Caio Prado Jr.. Reprodução de Renato Parada.

Preparação

Mariana Delfini

Osvaldo Tagliavini Filho

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Huendel Viana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Prado Júnior, Caio, 1907-1990

A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil / Caio Prado Júnior; entrevista Chico de Oliveira; posfácio Lincoln Secco e Rubem Murilo Leão Rêgo. — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ISBN 978-85-359-2481-7

1. Agricultura e Estado — Brasil 2. Brasil — História — Revolução, 1964 3. Brasil — Política e governo — 1964-1985 4. Propriedade territorial — Brasil 5. Reforma agrária — Brasil 6. Revolução industrial 1. Título. II. Título: A revolução brasileira.

14-07865

CDD-333.3181

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Reforma agrária 333.3181

[2014]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

A revolução brasileira	11
A teoria da revolução brasileira.....	30
A realidade econômica brasileira	77
Aspectos sociais e políticos da revolução brasileira.....	102
Programa da revolução brasileira.....	131
O problema político da revolução.....	169
A revolução e o anti-imperialismo.....	183
Adendo a <i>A revolução brasileira</i>	203
Perspectiva em 1977	235
Posfácio — <i>Lincoln Secco</i>	265

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Nota da primeira edição	283
Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil.....	291
Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil	356
A reforma agrária e o momento nacional.....	390
O Estatuto do Trabalhador Rural.....	403
Marcha da questão agrária no Brasil.....	419

Entrevista — <i>Chico de Oliveira</i>	429
Posfácio — <i>Rubem Murilo Leão Rêgo</i>	435
Sobre o autor	443
Índice remissivo — <i>A revolução brasileira</i>	447
Índice remissivo — <i>A questão agrária no Brasil</i>	457

A revolução brasileira*

O termo “revolução” encerra uma ambiguidade (aliás, na verdade muitas, mas fiquemos aqui na principal) que tem dado margem a frequentes confusões. No sentido em que é ordinariamente usado, revolução quer dizer o emprego da força e da violência para a derrubada de governo e tomada do poder por algum grupo, categoria social ou outra força qualquer na oposição. Revolução tem aí o sentido que mais apropriadamente caiba ao termo “insurreição”. Mas revolução tem também o significado de transformação do regime político-social que pode ser e em regra tem sido historicamente desencadeado ou estimulado por insurreições. Mas que necessariamente não o é. O significado próprio se concentra na transformação, e não no processo imediato através do qual se realiza. A Revolução Francesa, por exemplo, foi desencadeada e em seguida acompanhada, sobretudo em seus primeiros tempos, de sucessivas ações violentas. Mas não foi isso, por certo, que constituiu o que propriamente se entende por “revolução francesa”. Não são, é claro, a tomada da Bastilha, as agitações camponesas de julho e agosto de 1789, a marcha do povo sobre Versalhes em outubro do mesmo ano, a queda da monarquia e a execução de Luís XVI, o Terror e outros incidentes da mesma ordem que constituem a Revolução Francesa, ou mesmo

* A primeira edição deste livro é de 1966. (N. E.)

simplesmente que a caracterizam e lhe dão conteúdo. Revolução, em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais. O ritmo da história não é uniforme. Nele se alternam períodos ou fases de relativa estabilidade e aparente imobilidade, com momentos de ativação da vida político-social e bruscas mudanças em que se alteram profunda e aceleradamente as relações sociais. Ou, mais precisamente, em que as instituições políticas, econômicas e sociais se remodelam a fim de melhor se ajustarem e melhor atenderem a necessidades generalizadas que antes não encontravam devida satisfação. São esses momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam, que constituem o que propriamente se há de entender por revolução.

É nesse sentido que o termo “revolução” é empregado no título do presente livro. O que se objetiva nele é essencialmente mostrar que o Brasil se encontra na atualidade em face ou na iminência de um daqueles momentos acima assinalados em que se impõem de pronto reformas e transformações capazes de reestruturar a vida do país de maneira consentânea com suas necessidades mais gerais e profundas, e as aspirações da grande massa de sua população que, no estado atual, não são devidamente atendidas. Para muitos — mas assim mesmo, no conjunto do país, minoria insignificante, embora se faça mais ouvir porque detém nas suas mãos as alavancas do poder e a dominação econômica, social e política —, tudo vai, no fundamental, muito bem, faltando apenas (e aí se observam algumas divergências de segunda ordem) alguns retoques e aperfeiçoamentos das atuais instituições, às vezes não mais que simples mudança de homens nas posições políticas e administrativas, para que o país encontre uma situação e um equilíbrio satisfatórios. Para a grande maioria restante, contudo, e mesmo que ela não se dê sempre conta perfeita da realidade, incapaz que é de projetar em plano geral e de conjunto suas insatisfações, seus desejos e suas aspirações pessoais, o que se faz mister, para lhe dar condições satisfatórias e seguras de existência, é muito mais que aquilo. E sobretudo algo de mais profundo e que leve a vida do país por novo rumo.

E os fatos, adequadamente analisados e profundos, o confirmam. O Brasil se encontra num desses instantes decisivos da evolução das sociedades humanas em que se faz patente, e sobretudo sensível e suficientemente consciente a todos, o desajustamento de suas instituições básicas. Donde as tensões que se observam, tão vivamente manifestadas em descontentamento e insatisfações generalizados e profundos; em atritos e conflitos, efetivos e muitos outros potenciais, que dilaceram a vida brasileira e sobre ela pesam em permanência e sem perspectivas apreciáveis de solução efetiva e permanente. Situação essa que é efeito e causa ao mesmo tempo da inconsistência política, da ineficiência, em todos os setores e escalões, da administração pública; dos desequilíbrios sociais, da crise econômica e financeira que, vinda de longa data e mal encoberta durante curto prazo — de um a dois decênios — por um crescimento material especulativo e caótico, começa agora a mostrar sua verdadeira face; da insuficiência e precariedade das próprias bases estruturais em que assenta a vida do país. É isso que caracteriza o Brasil de nossos dias. É, acima de tudo, e como complemento, o mais completo ceticismo e generalizada descrença no que diz respeito a possíveis soluções verdadeiras dentro da atual ordem de coisas. O que leva, não se enxergando, ou não se enxergando ainda, em termos concretos, a mudanças dessa ordem, a uma corrida desenfreada para o “salve-se quem puder”, cada qual cuidando unicamente (e por isso erradamente) de seus interesses imediatos e procurando tirar o melhor partido, em proveito próprio e para o momento em curso, das eventuais oportunidades que porventura se apresentem ao alcance da mão.

É esse o panorama desalentador que oferece a realidade brasileira de nossos dias, para quem vai com sua análise ao fundo das coisas e não se deixa iludir por algumas aparências vistosas que aqui ou acolá disfarçam o que vai por detrás e constitui a substância daquela realidade. Na base e origem desses graves sintomas se encontram desajustamentos e contradições profundas que ameaçam e põem em choque o desenvolvimento normal do país e a própria conservação de seus valores morais e materiais. É isso que se encontra em jogo, e é o que se procurará mostrar no presente livro, ao mesmo tempo tentando trazer a complementação dessa análise que vem a ser as diretrizes, embora muito gerais e amplas, pelas quais se deverão, ou antes se poderão, orientar as reformas institucionais de vulto que a atual conjuntura impõe. Uma questão se liga ou deve necessariamente ligar-se à outra. Não é praticável propor reformas

que constituem efetivamente solução para os problemas pendentes, sem a condição de que essas reformas propostas se apresentem nos próprios fatos investigados. Em outras palavras, de nada serviria, como tantas vezes se faz, trazer soluções ditadas pela boa vontade e imaginação de reformadores, inspirados embora na melhor das intenções, mas que, por mais perfeitas que em princípio e teoricamente se apresentem, não encontram nos próprios fatos presentes e atuantes as circunstâncias capazes de as promover, impulsionar e realizar. É de Marx a observação tão justa e comprovada por todo o decorrer da história de que os problemas sociais nunca se propõem sem que, ao mesmo tempo, se proponha a solução deles, que não é e nem pode ser forjada por nenhum cérebro iluminado, mas se apresenta, e aí há de ser desvendada e assinalada, no próprio contexto do problema que se oferece, e na dinâmica do processo em que essa problemática se propõe. E é assim porque, contrariamente a certa maneira muito vulgarizada, mas nem por isso menos falsa de considerar os fatos históricos, esses fatos não se desenrolam em dois planos, que seriam, um deles, aqueles fatos propriamente, e o outro, o da problemática e das decisões a serem aplicadas aos mesmos fatos. Em outras palavras, não se podem destacar — embora se distingam, mas dialeticamente se liguem, isto é, se integrem em conjunto num todo — os fatos históricos (que são acontecimentos políticos, econômicos e sociais) da consideração desses mesmos fatos, do conhecimento ou da ciência deles, para o fim de lhes dar este ou aquele encaminhamento desejado. Os fatos históricos, humanos que são, diferem dos fatos físicos, que são exteriores ao Homem. Neles, pensamento e ação (que constitui o fato) se confundem, ou antes se interligam num todo em que, separados embora, se compõem em conjunto. O Homem é, nos fatos dos quais participa, simultaneamente autor e ator, ser agente e ser pensante; e é agente na medida em que é pensante, e pensante como agente. Não pode assim — e de fato não é assim que se passam as coisas — dirigir os acontecimentos, nem mesmo considerá-los adequadamente e os analisar, de fora deles. E “direção” e “análise” já constituem, em si e por si, propriamente *fatos* que também hão de ser levados em conta. Em consequência, a solução dos pendentes problemas econômicos, sociais e políticos, e as reformas institucionais que se impõem, hão de ser procuradas e encontradas nas mesmas circunstâncias em que tais problemas se propõem. Nelas e somente nelas se contêm as soluções cabíveis e exequíveis. É no mesmo processo histórico de que participamos na atualidade,

e em que se configura a problemática que enfrentamos, que se configuram também as respostas a essa problemática e as diretrizes que se hão de adotar e seguir. Ou contrariar, o que é outra perspectiva e posição que se podem eventualmente adotar, e que adotam efetivamente, as forças políticas conservadoras, e no caso mais extremo as reacionárias. É essa e somente essa a alternativa que efetivamente se propõe, e fora da qual não existe senão o utópico e irrealizável que frequentemente não é senão maneira de fantasiar e disfarçar a oposição a qualquer modificação, o apego ao statu quo.

Essas premissas nos fornecem o método a seguir na indagação que interessa, e desde logo afastam certas questões preliminares que frequentemente se propõem, nos dias que correm, nos círculos políticos da esquerda brasileira. Isto é, precisamente naqueles setores que aceitam e pretendem impulsionar a revolução. Referimo-nos em particular, e sobretudo, à indagação acerca da “natureza” ou “tipo” de revolução que se trata de realizar. Será “socialista” ou “democrático-burguesa” ou outra qualquer? Indagação como essa situa desde logo mal a questão e de maneira insolúvel na prática, pois a resposta somente se poderá inspirar — uma vez que lhe falta outra premissa mais objetiva e concreta — em convicções predeterminadas de ordem puramente doutrinária e apriorística. Isso porque do simples conceito de revolução dessa ou daquela natureza nada se poderá extrair em matéria de norma política e de ação efetivamente praticável. A qualificação a ser dada a uma revolução somente é possível depois de determinados os fatos que a constituem, isto é, depois de fixadas as reformas e transformações cabíveis e que se verificarão no curso da mesma revolução. Ora, é precisamente dessas reformas e transformações que se trata. E uma vez determinadas quais sejam — o que somente é possível com a análise dos fatos ocorrentes, passados e presentes —, terá um interesse secundário (pelo menos imediato e para os fins práticos que são o que realmente no momento interessa) saber se a qualificação e classificação conveniente é esta ou aquela. Pouco importa assim, ao se encetar a análise e a indagação das transformações constituintes da revolução brasileira, saber se elas merecem esta ou aquela designação, e se se encerram nesta ou naquela fórmula ou esquema teórico. O que vale é a determinação de tais transformações, e isto se procurará nos fatos ocorrentes e na dinâmica desses mesmos fatos. É disso que precisam preliminarmente compenetrar-se os teóricos e planejadores da revolução brasileira. A saber, que também no terreno dos fatos humanos, tanto

quanto no dos fatos físicos, onde já de há muito não se pensa de outra forma, o conhecimento científico consiste em saber *o que se passa*, e não *o que é*. A concepção metafísica das “essências” — o que as coisas *são* — precisa dar lugar nas ciências humanas, de uma vez por todas, como já deu há tanto tempo nas ciências físicas, à concepção científica do que *acontece*. Concepção essa em que o próprio *ser* não é senão o *acontecer*, um momento desse acontecer. É o que *acontece* que constitui o conhecimento científico, e não *o que é*. Precisamos saber que acontecerá, ou pode e deve acontecer no curso da revolução brasileira. E não indagar de sua natureza, daquilo que ela é, da sua qualificação, definição ou catalogação.

É numa tal linha de pensamento que se há de fazer a determinação das reformas e transformações constituintes da revolução brasileira. Isto é, não pela dedução a priori de algum esquema teórico preestabelecido; de algum conceito predeterminado da revolução. E sim pela consideração, análise e interpretação da conjuntura econômica, social e política real e concreta, procurando nela sua dinâmica própria que revelará tanto as contradições presentes, como igualmente as soluções que nela se encontram iminentes e que não precisam ser trazidas de fora do processo histórico e a ele aplicadas numa terapêutica de superciência que paira acima das contingências históricas efetivamente presenciadas. A análise e determinação adequadas daquelas contradições nos devem revelar desde logo — sob pena de se infirmar a análise e interpretação efetuadas que se revelariam em tal caso falhas ou insuficientes —, devem revelar por si e sem mais indagações as soluções que naturalmente implicam e em consequência comportam e justificam.

É claro que, para um marxista, é no socialismo que irá desembocar afinal a revolução brasileira. Para ele, o socialismo é a direção na qual marcha o capitalismo. É a dinâmica do capitalismo projetado no seu futuro. E seja qual for a feição particular em que o capitalismo se apresente em cada país da atualidade — feição “particular”, bem entendido, no que diz respeito a circunstâncias e elementos secundários que não excluem, e antes implicam, a natureza essencialmente única do capitalismo, que é um só e o mesmo em toda parte —, seja qual for o grau de desenvolvimento, extensão e maturação das relações capitalistas de produção, o certo é que o capitalismo se encontra na base e essência da economia contemporânea fora da esfera socialista; e nela se incluem, embora sob formas e modalidades várias, todos os países e povos além daquela esfera.

Assim sendo, o socialismo, contrapartida que é do capitalismo em vias de desintegração numa escala mundial, é onde irá desembocar afinal, mais cedo ou mais tarde, a humanidade de hoje.

Isso, contudo, representa uma previsão histórica, sem data marcada nem ritmo de realização prefixado. E podemos mesmo acrescentar, também sem programa predeterminado. Ela não interfere assim diretamente ou não deve interferir na análise e interpretação dos fatos correntes, e muito menos na solução a ser dada aos problemas pendentes ou na determinação da linha política a ser seguida na emergência de situações imediatas. Noutras palavras, a previsão marxista do socialismo não implica necessariamente a inclusão dela, em todos os lugares e a todos os momentos, na ordem do dia. Para um marxista, exemplificando, a mais simples greve ou desentendimento entre empregados e empregadores, capitalistas e trabalhadores, representa um passo para o socialismo, por mínimo que seja, e estejam os participantes da disputa conscientes disso ou não — e em regra não o estão. Isso não significa, todavia, que as reformas socialistas, ou quaisquer referências ao socialismo, se proponham no caso.

É, aliás, esse um dos pontos, e de capital importância, em que mais claramente se caracterizam posições sectárias e frontalmente antimarxistas, a saber, na visão de uma revolução socialista sempre eminente e imanente em todas as ocorrências da luta social e política. O que leva a atitudes e formulações que não têm outro efeito, na prática, senão isolar os que assumem aquelas posições sectárias e os neutralizar. A previsão marxista do socialismo não exclui, muito pelo contrário, a concentração da luta em objetivos que imediatamente e de forma direta não se relacionam com a revolução socialista. E podem mesmo, aparentemente, contrariá-la — como foi o caso, num exemplo máximo, da partilha e entrega da terra, na Revolução Russa de 1917, aos camponeses. São considerações de ordem teórica e de alcance que vai muito além dos fatos do momento que permitem ao marxista estabelecer aquele relacionamento que para não marxistas pode passar inteiramente despercebido. E não pode mesmo, em muitos casos, ser por eles compreendido, e nem mesmo admitido, pois isso seria concordar com a interpretação que o marxismo dá à evolução histórica. É o caso, no exemplo acima lembrado, da greve. Para o marxismo, a greve é manifestação da luta inerradicável de classe que separa e faz com que se enfrentem proletariado e burguesia. É um simples episódio dessa luta que tem seu desenlace final e fatal, quaisquer que sejam as vicissitudes momentâneas,

na vitória do proletariado em conjunto e como classe, e na instituição por ele do socialismo.

Para os não marxistas as coisas se apresentam naturalmente sob outro aspecto, e a greve nada mais constitui que um incidente passageiro provocado por circunstâncias ocasionais, que se resolve simplesmente no atendimento ou não, parcial ou integral, das reivindicações propostas, sem consequências de maior importância na organização básica e estrutural do sistema capitalista. Mas a posição do marxista, apesar de suas implicações teóricas, não quer dizer que ele enxergue na greve unicamente ou mesmo essencialmente a sua projeção socialista, e interprete (como se acusa os comunistas, e infelizmente julgam muitos sectários, tão longe disso do marxismo como seus próprios adversários) simples agitação e como que exercitação do proletariado para o ato final da insurreição e da tomada do poder. Lembremo-nos aqui da velha polémica de Marx, retomada por Lênin, contra os anarquistas para os quais as greves não seriam mais que preliminares da “greve geral” com que se daria o ensaio final da insurreição e derrubada do poder da burguesia... O marxismo é muito diferente disso, e quem não o percebe nada tem de marxista. Qualquer greve — e isso se pode e deve generalizar para os demais incidentes da luta revolucionária, seja qual for sua fase, etapa ou momento — tem uma significação própria e em si. O que essencial e fundamentalmente se objetiva em cada incidente da luta revolucionária é a conquista das reivindicações propostas, das finalidades e aspirações na ordem do dia. E a tática empregada se orienta inteiramente nesse sentido, e não objetivando o socialismo e a revolução que o há de instituir. A greve ou outro incidente da luta revolucionária não encobre finalidades secretas e escusas, não constitui manobra astuciosa que visaria a outros objetivos que não os expressos e que lhe servem de bandeira e programa. Os comunistas que assim pensam e agem não são verdadeiros marxistas, mas antes fatores adversos à revolução e à vitória do socialismo. Objetivos ocultos ou disfarçados não existem, ou não devem existir na luta revolucionária. O que existe é a dialética dos fatos históricos que não são da responsabilidade dos comunistas, e que não cabe a eles, ou a quem quer que seja, determinar. É essa dialética que, independentemente da vontade dos indivíduos, levará a luta do proletariado ao momento decisivo em que se proporá sua natural conclusão que é o socialismo, através de ações em favor de objetivos mais restritos e imediatos, que são os que se propõem concretamente na conjuntura do

momento. Quanto às intenções e à ação dos comunistas nesse momento, elas se concentram ou devem concentrar-se no incidente em curso e nos expressos objetivos que neles se apresentam e que é tudo quanto na ocorrência os deve momentaneamente interessar.

São essas circunstâncias, aliás, essa posição e perspectiva dos comunistas inspirados no verdadeiro marxismo, que fazem possível a união de suas forças com as de outras correntes políticas que podem não aceitar o socialismo e lhe serem mesmo adversas, mas que com eles coincidem nos objetivos que no momento se propõem. É que são esses objetivos, e somente eles, que inspiram os comunistas. E se os comunistas os relacionam, com a ação que implicam, com outras aspirações — e o socialismo em última instância —, fazem-no em plano unicamente teórico, e como simples previsão científica de quem considera a história de um ponto de vista dialético em que cada fato encerra um *devenir* que o projeta no futuro e na fatal transformação da sociedade. O que não é a interpretação dos não marxistas que podem assim se unir aos comunistas que não têm no que respeita à ação prática imediata — e é esse um ponto capital do marxismo — outra finalidade que a deles, a saber, a consecução da vitória no terreno da ação em curso e dos objetivos que nela se propõem.

A teoria revolucionária brasileira, que é a resposta a ser dada às questões propostas na atual conjuntura do país, não se inspira assim de um ideal expresso na “natureza” da revolução para a qual se presumiria a priori que marcha ou deve marchar a evolução histórica brasileira — revolução socialista, democrático-burguesa ou outra qualquer. Revolução essa a que se trataria, na mesma ordem de ideias, de ir aproximando e afeiçoando as instituições do país, e ajustando assim os fatos com a finalidade de alcançar um modelo preestabelecido. Nada há de mais irreal e impraticável que isso. A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente — mas não simplisticamente — a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta. Processo esse que, na sua projeção futura, dará cabal resposta às questões pendentes. É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. *Método de interpretação*, e não receituário de fatos, dogma, enquadramento da revolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos.

É certo, e repetimo-lo novamente, que, como marxistas, e considerando, por conseguinte, a revolução brasileira dentro do contexto geral do mundo

contemporâneo, estamos seguros de que iremos afinal desembocar no socialismo, isto é, na socialização dos meios de produção, na eliminação da exploração do trabalho e da divisão da sociedade em classes antagônicas, bem como nas demais consequências de toda ordem material e moral que daí decorrem. Mas isso por força não de uma previsão que seria antes adivinhação, nem tampouco de uma pressuposta fatalidade histórica, de um destino que tenderia necessariamente a se realizar, mas em consequência tão somente do desenrolar dos fatos que, a partir do momento atual (que se trata agora de interpretar), se irão sucedendo uns em seguimento e em consequência dos imediatamente anteriores. Conhecendo-se esses fatos atuais na sua interligação e nas suas contradições, podemos daí inferir as soluções a serem dadas a tais contradições. Soluções reais, no sentido de promoverem o progresso e o desenvolvimento histórico, e não o seu estancamento por tentativas de conciliação e harmonização dos contrários, o que representa a saída conservadora senão reacionária da problemática social. E são essas soluções reais, no sentido acima, que, aplicadas e realizadas (e nisso consiste o problema político por excelência, que ele também se define e propõe na mesma interpretação da conjuntura presente), se farão, por seu turno, em nova série de fatos e nova situação e conjuntura a que se aplicará o mesmo método. E se baseados em considerações de ordem muito mais geral e ampla que as proporcionadas pelos simples dados oferecidos na realidade brasileira atual, podemos antever o desenrolar desse processo no sentido do socialismo, mas não o fazemos, porque isso seria irrealizável e utópico, na base da série completa de fatos que se interpõem entre o dia de hoje e o do socialismo afinal realizado. Não nos é dado adivinhar essa série, mas tão somente o momento presente como resultante que é de um processo passado, e projetando-se, em consequência, num momento seguinte e continuação deste que se trata de promover e impelir para diante na base de uma ação política e norma revolucionária, ditadas pela mesma conjuntura em que hoje se propõem as questões pendentes.

Esse desdobramento por etapas da teoria revolucionária, e *pari passu* com os próprios fatos que interpreta e ao mesmo tempo se propõe orientar, torna-se bem claro quando se considera o exemplo histórico bem próximo de nós, tanto no espaço como no tempo, bem como também pelos muitos traços que tem em comum com nosso caso, e que vem a ser o ocorrido em Cuba. Partiu-se aí com a luta contra uma ditadura opressiva e violenta, que chegara

aos limites extremos da corrupção e do mais cínico desrespeito aos mais elementares direitos dos cidadãos. É isso que, fundamentalmente, inspirou e estimulou a oposição de Fidel Castro e de seu partido ao regime de Batista, oposição essa que culminou com o desembarque na praia Colorada e a organização da insurreição de Sierra Maestra.

Chegada, contudo, a esse ponto, a simples oposição a Batista e seu regime começa precipitadamente a evoluir e se transformar no sentido de uma revolução agrária e anti-imperialista. Essa rápida maturação da Revolução Cubana prova o acerto, do ponto de vista revolucionário, da posição assumida por Fidel, fossem quais fossem, até o momento, as limitações do seu movimento, restrito até então, como estava, à oposição a Batista. O que, sobretudo, vale na ação revolucionária não é o que se proclama e em última instância se projeta. E sim o sentido dialético dessa ação, isto é, sua potencialidade em projeção para o futuro e seu conteúdo, latente embora, inexpresso e até mesmo inesperado para a generalidade dos participantes, de transformações políticas, econômicas e sociais que nele se encerram e deles derivam como consequência e natural desdobramento.

Era assim o movimento desencadeado por Fidel e seu punhado de companheiros da Sierra Maestra. Movimento esse que já continha em germe a futura e próxima revolução socialista, embora ninguém, e nem mesmo o próprio Fidel Castro, cogitasse disso no momento. Se é que mesmo o suspeitassem, pois tudo leva a crer que foram antes o profundo instinto revolucionário de Fidel e sua grande agudeza política que o guiaram, ele e seu movimento. E não a consequência claramente distinta do que estava ocorrendo e das consequências que se seguiriam.

Mas, seja como for, a insurreição de Sierra Maestra, embora lançada inicialmente com projeção muito menor, nada mais que a derrubada da ditadura, logo que começa a tomar corpo e se afirmar, já assume o caráter de revolução agrária. Para se fazer, logo depois da tomada do poder, em anti-imperialista também. Esses dois aspectos da revolução se achavam inteiramente ligados entre si por força da predominância de monopólios imperialistas norte-americanos na agroindústria do açúcar em que se fundamenta a economia cubana. Do acerto inicial, e sob o impulso revolucionário consequente dos fidelistas, derivavam os acertos seguintes e o desencadeamento do processo que daria na revolução socialista em que Cuba ora se encontra. E pode-se acompanhar pari

passu o progressivo desdobramento e a maturação da teoria revolucionária de Fidel, que, partida do constitucionalismo (ataque ao quartel de Moncada, 1953) e do liberalismo antiditatorial (desembarque na praia Colorada e organização do levante da Sierra Maestra), evolui para a revolução agrária e anti-imperialista, para desembocar afinal na revolução socialista (1959).

É, entre outros, nesse exemplo que havemos de nos louvar no Brasil. Trata-se de definir uma teoria revolucionária que seja expressão da conjuntura econômica, social e política do momento, e em que se revelem as questões pendentes e as soluções possíveis para as quais essas questões apontam. Ou antes, as alternativas dessas soluções, das quais se escolherão as que signifiquem o impulso e a aceleração do processo histórico, a marcha dele para a frente. A transformação em oposição à conservação do statu quo. É de uma teoria dessas que necessita a revolução brasileira, e não de especulações abstratas acerca da “natureza” dessa revolução, do seu tipo e de sua correspondência com algum esquema ideal, proposto fora e acima dos fatos concretos e dados imediatamente pela realidade econômica, social e política que o país está efetivamente vivendo.

Infelizmente, é essa especulação que tem caracterizado os debates e as tentativas de teorização da revolução brasileira. O que representa, a nosso ver, um dos principais fatores das desfavoráveis vicissitudes — e que vicissitudes! — que têm sofrido o processo de transformação de nossas instituições e a marcha para diante do país. É um enfoque falseado e arredado da realidade brasileira, porque se perde em abstrações inspiradas em modelos apriorísticos, que tem impedido a elaboração de uma teoria adequada da revolução brasileira capaz de orientar e encaminhar os fatos de maneira verdadeiramente consequente e fecunda. As forças revolucionárias vêm adquirindo no Brasil, sobretudo a partir da última Grande Guerra, um impulso considerável. Não somente em termos de agregação e acumulação de potencialidades, mas ainda de consciência coletiva do processo em curso e em que tão claramente se evidencia a necessidade de reformas substanciais e profundas de nossas estruturas políticas, econômicas e sociais. A consciência revolucionária tem hoje no Brasil — e isso já vem de data relativamente afastada, e ganhando terreno dia a dia — considerável projeção. Não é por acaso nem por simples exibicionismo que o golpe de 1º de abril de 1964 se enfeitou do nome de “revolução”. É que seus promotores sabiam, como sabem, da ressonância popular dessa expressão e da penetração que tem

em largas camadas da população brasileira. E a par dessa consciência revolucionária, as contradições imanentes na vida brasileira já atingem uma tal agudeza que não há mais como disfarçá-las, e muito menos com alguns retoques de superfície, como se faz patente com as medidas que vem adotando o governo saído do golpe de abril. Medidas essas que, apesar dos consideráveis sacrifícios que vêm impondo a importantes setores da população, não conseguem abrandar nenhum dos grandes males que afligem o país e que lhe freiam o progresso material e cultural. E antes, pelo contrário, vêm agravando muitos deles.

Contudo, apesar daquelas circunstâncias altamente favoráveis à maturação do processo revolucionário brasileiro, o que se tem visto, afora agitação superficial, por vezes aparatosa, mas sem nenhuma profundidade ou penetração nos sentimentos e na vida da população, afora isso, o que há de real é a estagnação daquele processo revolucionário. Ou, pior ainda, a sua degenerescência para as piores formas de oportunismo demagógico, explorando as aspirações populares por reformas. Foi esse o espetáculo que proporcionou ao país o convulsionado governo deposto a 1º de abril. Muitos, na verdade quase toda a esquerda brasileira, interpretaram aquele período malfadado como de ascenso e avanço revolucionário. Mas de fato ele de nada mais serviu que para preparar o golpe de abril e o encastelamento no poder das mais retrógradas forças da reação. Isso porque deu a essas forças a justificativa de que necessitavam — o alarme provocado pela desordem administrativa, implantada à sombra da inépcia governamental, aproveitada e explorada por agitação estéril sem nenhuma penetração no sentimento popular, e estimulada no mais das vezes por interesses subalternos e mesquinhas ambições pessoais. É isso que permitiu à reação encobrir seus verdadeiros propósitos, e iludir boa parte da opinião pública, com o pretexto da salvação do país do caos que parecia iminente. E levar essa opinião, senão ao apoio, ao menos à aceitação passiva do golpe.

Foi isso o governo de João Goulart e seu triste fim. E nele, e para sua infausta trajetória, colaboraram as desorientadas esquerdas brasileiras sem outra perspectiva de que esta de se servirem, ou melhor, de se porem a serviço de ambições políticas que nada tinham nem podiam ter em comum com seus ideais e finalidades.

Ao analisarmos nos próximos capítulos a “teoria” da revolução brasileira oficializada e consagrada, em suas linhas gerais, nos círculos dirigentes de nossas esquerdas, a começar, e em primeiro e principal lugar pelos comunistas,

bem como a estratégia e tática decorrentes daquela teoria, teremos ocasião de verificar como as graves distorções observadas na interpretação da realidade política, econômica e social brasileira contribuíram para os erros que vinham sendo cometidos desde longa data na ação política da esquerda, e que levaram afinal ao desastre de 1º de abril. Esses erros se agravaram consideravelmente depois da renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, degenerando então nesse elementar e grosseiro oportunismo a que fizemos referência, e que caracterizou a situação deposta em abril de 1964. Não é de admirar que as esquerdas brasileiras, privadas de uma teoria satisfatória e capaz de as conduzir com segurança a seus objetivos, se tivessem deixado levar pelas seduções de demagogos instalados no poder. E marchassem com eles para o desastre que qualquer observador menos apaixonado e preconcebido por opiniões estranhas à realidade brasileira poderia com facilidade ter previsto.

Realmente, na ausência de uma tal teoria, e incapacitadas por isso de se conduzirem na complexidade dos fatos reais que não se ajustavam a seus esquemas teóricos sem correspondência com a realidade, as esquerdas brasileiras não podiam, como de fato não lograram, mobilizar efetivamente as verdadeiras forças revolucionárias. No que se refere ao proletariado, não foram além de reivindicações salariais imediatas que a precipitada inflação tornava fácil não apenas de levantar, como de conduzir a aparentes vitórias. Isso nas cidades, porque no campo, onde o assunto se apresentava muito mais complexo, a coisa era pior, pois as prédicas para uma massa trabalhadora rural fantasiada para a circunstância de campesinato do tipo europeu dos séculos XVIII e XIX e as imprecisões contra o “feudalismo” não encontravam aí, nem podiam encontrar, nenhuma ressonância.

Esses são apenas alguns sintomas, entre outros, das limitações encontradas pelas esquerdas em sua atuação prática. Veremos melhor esses pontos, e outros semelhantes, no desenvolvimento da matéria que constituirá objeto dos próximos capítulos. Em conjunto e derivado dessa desconexão entre a teoria e a prática, as esquerdas não conseguiram despertar e mobilizar de maneira efetiva e revolucionariamente fecunda as forças progressistas do país. Com raras exceções, não foram além de uma agitação de superfície, promovida em torno de slogans, e que desbaratava sem maior proveito as energias revolucionárias e as desencantava de seus aparentes líderes. E assim a ação revolucionária se reduziu de fato a pequenas minorias e se concentrou em acanhadas cúpulas que,

se muito se agitavam dando possivelmente a impressão, às vezes e para aqueles que nelas se envolviam, de grandes acontecimentos, na realidade marcavam passo à espera de um feliz acaso que fizesse algum dia cair-lhes nas mãos o poder, como um *fiat* do destino. Quando se observa com atenção as ocorrências políticas brasileiras nestes últimos anos, verifica-se que de fato o que se achava efetivamente mobilizado e atuando na luta revolucionária, ou antes naquilo que se pretendia tal, eram unicamente reduzidas cúpulas esquerdizantes que enchiam todo o campo que deveria ser daquela luta. Cúpula política no Congresso Nacional e numa ou noutra assembleia estadual ou câmara municipal, cúpula sindical nos setores operários, cúpula intelectual nos setores profissionais, cúpula estudantil, cúpula militar... Tudo mais, as bases, as massas populares, assistiam passivamente, ou pouco mais que isso, aos acontecimentos. E na melhor das hipóteses faziam, nos momentos de maior tensão, de torcida como nos jogos de futebol.

Nessas condições, encerradas em seus slogans, que nem por sua infinita e monótona repetição se abriam e projetavam em diretrizes eficazes e normas fecundas de ação — pois para isso não serviam os seus inaplicáveis esquemas teóricos —, e privadas assim de perspectivas concretas, as esquerdas não lograram nunca atinar, afora uma agitação no mais das vezes completamente estéril, com outra saída para seu isolamento que a triste contingência de alianças com quaisquer dispositivos partidários que aceitassem seu apoio e concurso em troca da migalha de pequenos favores políticos muito mais de natureza pessoal que outra coisa qualquer. E assim se procedia mesmo à custa de concessões e abdições de ordem ideológica. A instância máxima disso, depois de muitas outras anteriores de menor envergadura, foi sem dúvida o apoio e a colaboração emprestados, nas eleições presidenciais de 1955, ao candidato do dispositivo PSD-PTB, o sr. Juscelino Kubitschek. Data, aliás, dessa aliança espúria a trajetória política da esquerda brasileira, e dos comunistas em particular, que iria terminar com o desastre de 1º de abril.

Espúria — espúria além de qualquer dúvida — porque Juscelino Kubitschek se apresentava com seu programa de desenvolvimento e metas que implicava claramente, e pode-se mesmo dizer expressamente, a promoção dos interesses do grande capital brasileiro e internacional. Particularmente desse último, pois é na base do apelo aos grandes trustes internacionais e estímulo às iniciativas deles no Brasil que, fundamentalmente, se assentava o programa

desenvolvimentista endossado pelo candidato. O que se comprovaria quando o presidente eleito viajaria pela Europa, antes da posse, entendendo-se com grandes grupos internacionais aos quais ofereceria, com promessas formais de largo favorecimento por parte de seu próximo governo, generosa participação nas atividades econômicas brasileiras. E depois de inaugurado o governo, foi o que se viu e em que não precisamos aqui insistir. Nunca se vira, e nem mesmo imaginara tamanha orgia imperialista no Brasil e tão considerável penetração do imperialismo na vida econômica brasileira.

Paralelamente e ligada a essa política de favorecimento dos interesses imperialistas, estava a promoção do grande capital nacional, seja por estímulos creditícios (para o que funcionava o Banco do Desenvolvimento Econômico, dirigido pelo mais puro expoente da economia capitalista, o sr. Roberto Campos, e que reunindo capitais arrancados através de empréstimos forçados do conjunto dos contribuintes brasileiros, o adicional do imposto de renda, deles se servia para financiar as grandes empresas), seja pela inflação, que reduz os salários reais e acrescenta com isso os lucros capitalistas. *Entreguismo e inflação* em escala sem precedentes, foi isso o essencial do governo Kubitschek, sem contar as negociatas e oportunidades de bons negócios à custa do Estado e da nação, como em particular no caso da construção de Brasília. E foi isso que levou, de um lado, ao total enfeudamento da economia brasileira ao capital imperialista, e doutro, à redobrada exploração do trabalho pelo capital (que é a consequência mais direta e imediata da inflação) e à decorrente concentração e acumulação capitalistas em proporções jamais vistas no Brasil. Nunca se enriqueceu tanto no Brasil como nestes “cinquenta anos de desenvolvimento em cinco” do governo Kubitschek, como também se empobreceu tanto e tão rapidamente. O que, se disfarçado pela euforia inflacionária e especulativa desses últimos anos, começa agora a se fazer sentir bem claramente.

Apesar disso, as esquerdas brasileiras, inclusive os comunistas, continuaram apoiando o governo Kubitschek e as forças políticas que o presidente representava. E se mantiveram nessa linha por ocasião da sucessão de 1960, levando seu concurso à candidatura do marechal Lott, que, além do que se conhecia de suas retrógradas opiniões políticas, já se destacara no comando da 11 Região Militar (São Paulo) como nitidamente orientado para a reação. Fora ele o primeiro chefe militar que em São Paulo estendeu suas atribuições e funções para além da esfera militar que lhe cabia, a fim de perseguir jornalistas e

órgãos da imprensa popular, encenando processos militares escandalosos (precursores, e certamente modelos também, dos IPMS de nossos dias) que mal disfarçavam, sob pretextos fúteis, a fúria anticomunista e antipopular do então comandante da Região de São Paulo. Lembro-me, aliás, que foi o marechal Lott quem, em 1957, na qualidade de ministro da Guerra, aprovou sem reservas a cessão da ilha de Fernando de Noronha ao Exército norte-americano, consumando com isso o mais ostensivo golpe desferido pelo imperialismo contra a soberania brasileira. E abrindo um precedente que frutificaria abundantemente. Foi esse o candidato “nacionalista” que as nossas esquerdas apoiaram nas eleições de 1960.¹

Segue-se, com o pequeno intervalo do meteórico governo de Jânio Quadros, a aventura janguista acima já referida. E sempre, sem nenhuma hesitação ou exame de consciência e autocritica que lhes abrisse os olhos para a esterilidade de uma luta que nada poderia trazer, muito pelo contrário, para seus objetivos programáticos, e que apenas favorecia as manobras políticas de seus espúrios aliados, as esquerdas brasileiras continuaram insistindo em sua oportunista linha política de apoio a um dispositivo partidário vazio de qualquer conteúdo ideológico, e que essencialmente não disputava senão as vantagens da posse e do usufruto do poder para a sua facção. Em contrapartida, o que as esquerdas ganhavam com esse apoio era unicamente a oportunidade de uma projeção política que por suas próprias deficiências elas não logravam alcançar por outros meios mais construtivos. Projeção essa, contudo, que não resultava afinal em mais que uma agitação demagógica e superficial, sem reais perspectivas revolucionárias e fadada ao desastre de abril, que já muitos meses antes somente não era previsto por ingênuos embriagados na euforia de momentâneos e aparentes sucessos, ou então cegados por falsas ilusões acerca do verdadeiro conteúdo e sentido da luta em que se tinham engajado.

É este último ponto que nos interessa aqui mais de perto. A saber, o papel que tiveram as insuficiências teóricas das esquerdas brasileiras na gênese daquelas ilusões que não lhes permitiram enxergar a realidade da situação e presentir o desenlace que as aguardava. Foram sem dúvida essas insuficiências teóricas que tornaram possível encaixar o mesquinho embate de facções, que

1. Não vai aqui nenhum menosprezo às qualidades pessoais do marechal Lott, mas unicamente uma crítica à desorientada e oportunista linha de ação política da esquerda brasileira.

agitava o cenário político brasileiro, em teorias decalcadas sobre modelos estranhos e completamente alheados da realidade do país, e com isso assemelhando aquela luta a grandes e profundos acontecimentos revolucionários: nada menos que conflitos decisivos de classes e categorias sociais que diziam respeito à própria estrutura econômica e social do país. Uma revolução agrária, antifeudal, anti-imperialista... Que não se tratava de nada disso, verificou-se amargamente quando uma simples passeata militar bastou para deitar por terra a aventura e dispersar sem maior esforço os iludidos pseudorrevolucionários. Mas enquanto a aventura durou, foi a ilusão alimentada por grosseiros erros de interpretação teórica da realidade brasileira, a saber, de que o país estava vivendo momentos revolucionários profundos e decisivos, foi isso sem dúvida que deslumbrou e estimulou as esquerdas brasileiras — a sua parte honesta e sincera, sem dúvida, porque interesses personalistas também tiveram aí o seu papel — a prosseguirem em sua desacertada ação política. Ação essa que, por não contar com diretrizes justas, não foi capaz de despertar e mobilizar, senão em proporções mínimas e largamente insuficientes, as verdadeiras forças e os impulsos revolucionários. E que por isso se perdeu em estéril agitação.

Analisaremos adiante, com os necessários pormenores, aquelas concepções teóricas das esquerdas e os esquemas de ação que, por seus desacertos, levaram sua campanha a tão funesto desfecho. O que sobretudo aqui nos interessa é chamar a atenção para os graves riscos e males deles decorrentes, de uma insuficiência teórica como aquela verificada no caso das esquerdas brasileiras. Embora contando com condições altamente favoráveis para o desencadeamento do processo revolucionário, dada a maturidade das contradições presentes na conjuntura econômica e social brasileira, as esquerdas não somente permaneceram anos marcando passo — uma vez que a estéril agitação na qual se meteram não se pode reputar processo —, mas ainda comprometeram e atrasaram consideravelmente a marcha daquele processo.

Trata-se, pois, em primeiro lugar, nesta nova fase em que nos encontramos, de reconsiderar atentamente, e sem convicções e atitudes preconcebidas, as circunstâncias em que se processa a evolução histórica, social e econômica de nosso país. E procurar aí, e não em esquemas abstratos desligados da realidade brasileira, as forças e os fatores capazes de promoverem as transformações econômicas e sociais imanentes na conjuntura presente. Bem como a natureza, direção e eventual ritmo dessas transformações. Trata-se em suma de

reelaborar a teoria da nossa revolução, a fim de por ela acertadamente pautar a ação política da esquerda brasileira. Mas para isso devemos antes começar pela apreciação crítica das concepções teóricas até hoje consagradas e que de maneira tão lamentavelmente errada vêm inspirando as forças políticas renovadoras do nosso país. É disso que nos ocuparemos no próximo capítulo.